



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

08, 09 e 10 de junho 2013



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 09/06/2013

Assunto: A política indica a direção

Página: 4 e 5

DIÁRIO CATARINENSE

A política indica a direção

Nenhum lugar do Brasil faz tantas indicações políticas para a administração de escolas estaduais quanto Santa Catarina. A Prova Brasil 2011, do Ministério da Educação (MEC), apontou que 86% dos diretores foram escolhidos por partidos, prática mantida em apenas seis estados. Outros optam por eleição, indicação técnica ou processo seletivo.

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Os números do MEC rebaixam Santa Catarina a uma posição de atraso em relação a 20 estados e o Distrito Federal. Diante do percentual de 86% de indicação política para o cargo de diretor de escola, o governo do Estado tenta reverter o preocupante cenário por decreto, ainda neste ano. Dois projetos de lei, propondo eleição com participação de professores, alunos, pais ou responsáveis tramitam na Assembleia Legislativa.

Além destes, a proposta da própria Secretaria de Educação está em análise na Casa Civil. Com ela, professores, alunos e pais escolheriam o diretor com base em um projeto de gestão apresentado pelo candidato. A proposta passa por ajustes e a expectativa é que vire decreto assinado pelo governador Raimundo Colombo até final de junho.

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, acredita que esta é a maneira mais rápida de mudar o sistema. Ele acredita que a eleição de novos diretores possa começar no segundo semestre.

– Não temos o melhor dos mundos, mas não é uma mera indicação de qualquer pessoa. Tem um viés técnico. Entendemos que dá para aprimorar, focando no plano de gestão – observa.

Deschamps explica que a escolha passa por indicação de lideranças regionais e análise da secretaria, que avalia se a pessoa atende a requisitos mínimos e a um perfil técnico.

– Como ainda não está vinculado ao plano de gestão e à participação da comunidade escolar, estamos aprimorando – diz o secretário.

O documento que está na Casa Civil prevê que o plano de gestão do diretor seja transformado em um compromisso, vinculado à melhora do desempenho da escola, avaliado a cada ano de mandato.

Acabar com a indicação partidária é uma tendência. Consultor e dou-

tor em educação, Carlos Luiz Gonçalves acredita que isso vai acontecer em todos os estados que mantêm a prática. O Plano Nacional de Educação (PNE), que traça 20 metas a serem alcançadas até 2020, prevê a gestão democrática nas escolas, com escolha de diretor que mistura mérito e participação da comunidade. O plano tramita desde 2010 no Congresso Nacional.

Falta de formação específica é barreira

Gonçalves considera o concurso público, a maneira mais transparente. Para o consultor, a má formação em gestão é uma barreira. Ele defende um esforço nacional para a reformulação do currículo: – Temos um sistema precário. No curso de pedagogia, não tive aula de economia, isso anos atrás, e hoje ainda é assim.

Julia.antunes@diario.com.br

O PERFIL DE DIRETOR EM SC

76%

FAIXA ETÁRIA



24%

ESPECIALIZAÇÃO



Mulheres Homens

TEMPO DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO

58%

4%

Há mais de 20 anos

De 7 a 10 anos

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2011, fornecidos pelo portal DEdu

PROPOSTA DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O QUE DIZ O TEXTO

Participação de professores, alunos e pais na escolha de diretores das escolas estaduais.

- 1 Podem concorrer professores eletivos do magistério estadual.
- 2 Candidatos ao cargo devem passar por um curso de qualificação de gestão escolar de 200 horas. A própria Secretaria de Educação vai oferecer a formação, que pode ser feita de outras formas, como em universidades. Cabe ao candidato elaborar um plano de gestão que aborde as maneiras de melhorar a qualidade da escola, fazer a gestão de pessoal e de estrutura física.
- 3 Antes de seguir para a análise da comunidade escolar, a proposta passará por uma avaliação técnica, que vai dizer se atende a pré-requisitos básicos.
- 4 Consulta à comunidade escolar: professores, alunos, pais ou responsáveis irão escolher o melhor plano de gestão apresentado.
- 5 A Secretaria de Educação irá homologar o resultado e encaminhar o nome do vencedor ao governador, que irá nomeá-lo diretor de escola.

COMO ESTÁ A TRAMITAÇÃO

O decreto está passando por análise jurídica e de viabilidade econômica. A ideia é que até final de junho ele seja assinado pelo governador.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Revezamento e eleição à prova

Dois escolas estaduais de Rancho Queimado, na Grande Florianópolis, ultrapassaram a discussão sobre a eleição do diretor. Desde 1999, a opção consta no projeto político-pedagógico das escolas estaduais Marilda Lénia Araújo, no Centro, e Roberto Schütz, no Bairro Taquaras. Ambas já tiveram eleições e rodízio entre professores, desde 2006. A última modalidade se manteve, pois as indicações políticas ao cargo muitas vezes resultavam em gestores desconhecidos da comunidade.

A eleição, porém, foi descartada após as primeiras edições, pois resultava em rachas internos. A saída encontrada pelos professores foi criar o rodízio. Foram estabelecidos critérios e o resultado, até agora, tem sido a colaboração entre os envolvidos.

Sistema ainda precisa conquistar isenção

A última a assumir o cargo no rodízio pela escola Marilda Lénia Araújo foi a estreada Rita de Cássia Siemann, 37 anos. Ela ficará no posto até o fim de 2014, quando deve ser ranqueada outra pessoa que corresponda aos critérios. Há pouco mais de dois anos, Rita tentou disputar o posto em Rancho Queimado com a professora Maria Helena Broering Schaufli, mas perdeu.

– Eu era assessora e me sentia confiante, mas não via o lado da Maria, com 20 anos de casa – recorda a atual diretora.

O rodízio não é isento da política: a aprovação do eleito passa pelo crivo dos partidos. Mas ninguém ainda foi barrado, garantem os professores.

– É uma pena ter que pedir autorização ao partido. Tive de explicar em um ofício que era pelo projeto pedagógico da escola (que deixava o cargo) – contou a ex-diretora Maria.

O MODELO DA ESCOLA ESTADUAL MARILDA LÊNIA ARAÚJO

260 alunos

36 professores e equipe administrativa

3 turnos

CRITÉRIOS DO RODÍZIO

- Ser profissional efetivo da rede estadual de educação e atuar na escola.
- Ter nível superior.
- Disponibilidade de 60 horas semanais para a função de diretor.
- Manifestar interesse ao cargo.
- Não deverá ter exercido o cargo de diretor na escola.
- Ter o maior tempo de serviço na escola entre os interessados.

Professora Rita de Cássia Siemann foi elevada ao cargo por aprovação dos colegas

ENTREVISTA

Maria Beatriz Luce

Ex-pres. da Associação Nacional de Política e Administração da Educação

“A escola tem de ser um exemplo de vida democrática”



Entre os prós e contras das diferentes maneiras de se escolher um diretor de escola, a professora Maria Beatriz, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), enfatiza que a indicação política deve ser descartada, pois não contribui para o ensino nem para a cidadania.

Diário Catarinense – Como deve ser a escolha de diretor?

Maria Beatriz Luce – Com a democratização do país, veio a ideia de democratização na educação, por meio da gestão. A eleição do diretor é um dos instrumentos. Mas é importante ter um conselho escolar. Isso mostra aos alunos como funciona uma sociedade democrática e como se exerce o direito ao voto. A escola tem de ser um exemplo de vida democrática.

Maria – Seria um avanço importante, assim como os cursos para trazer fundamentos teóricos, filosóficos e administrativos. Só a experiência em sala não garante um bom diretor. A melhor opção é a educação continuada, com plano de formação ou especialização.

DC – Já chegamos a um modelo ideal para aplicação?

Maria – Não conseguimos chegar ainda a uma equação ideal. Mas a indicação política é descartada. É preciso ver o diretor como um líder, com a legitimidade de ser escolhido pela sua comunidade.

DC – A proposta apresentada pela Secretaria de Educação de Santa Catarina é uma boa opção?





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 08/06/2013
Assunto: SC exagera na indicação política para direção e Estado, conforme pesquisa do MEC		Página: Online

DIÁRIO CATARINENSE

SC exagera na indicação política para direção e Estado, conforme pesquisa do MEC

Levantamento mostra que 86% dos diretores foram escolhidos por partidos, prática mantida em apenas seis estados.

Nenhum lugar do Brasil faz tantas indicações políticas para a administração de escolas estaduais quanto Santa Catarina. A Prova Brasil 2011, do Ministério da Educação (MEC), apontou que 86% dos diretores foram escolhidos por partidos, prática mantida em apenas seis estados. Outros optam por eleição, indicação técnica ou processo seletivo.

Os números do MEC mostram Santa Catarina em uma posição de atraso em relação a 20 estados e o Distrito Federal. Diante do percentual de 86% de indicação política para o cargo de diretor de escola, o governo do Estado tenta reverter o preocupante cenário por decreto, ainda neste ano. Dois projetos de lei, propondo eleição com participação de professores, alunos, pais ou responsáveis tramitam na Assembleia Legislativa.

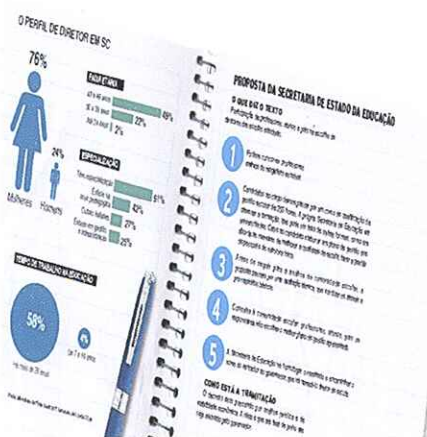
Além destes, a proposta da própria Secretaria de Educação está em análise na Casa Civil. Com ela, professores, alunos e pais escolheriam o diretor com base em um projeto de gestão apresentado pelo candidato. A proposta passa por ajustes e a expectativa é que vire decreto assinado pelo governador Raimundo Colombo até final de junho.

O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, acredita que esta é a maneira mais rápida de mudar o sistema. Ele acredita que a eleição de novos diretores possa começar no segundo semestre.

Para o secretário, não temos o melhor dos mundos, mas não é uma mera indicação de qualquer pessoa. Tem um viés técnico. Entendemos que dá para aprimorar, focando no plano de gestão. Deschamps explica que a escolha passa por indicação de lideranças regionais e análise da secretaria, que avalia se a pessoa atende a requisitos mínimos e a um perfil técnico;

— Como ainda não está vinculado ao plano de gestão e à participação da comunidade escolar, estamos aprimorando— diz o secretário.

O documento que está na Casa Civil prevê que o plano de gestão do diretor seja transformado em um compromisso, vinculado à melhora do desempenho da escola, avaliado a cada ano de mandato. Acabar com a indicação partidária é uma tendência. Consultor e doutor em educação, Carlos Luiz Gonçalves





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

acredita que isso vai acontecer em todos os estados que mantêm a prática. O Plano Nacional de Educação (PNE), que traça 20 metas a serem alcançadas até 2020, prevê a gestão democrática nas escolas, com escolha de diretor que mistura mérito e participação da comunidade. O plano tramita desde 2010 no Congresso Nacional.

Gonçalves considera o concurso público, a maneira mais transparente. Para o consultor, a má formação em gestão é uma barreira. Ele defende um esforço nacional para a reformulação do currículo:

—Temos um sistema precário. No curso de pedagogia, não tive aula de economia, isso anos atrás, e hoje ainda é assim.

Proposta da Secretaria de Estado da Educação

Participação de professores, alunos e pais na escolha de diretor das escolas estaduais

- 1) Podem concorrer professores efetivos do magistério estadual
- 2) Candidatos ao cargo devem passar por um curso de qualificação de gestão escolar, de 200 horas. A própria Secretaria de Educação vai oferecer a formação, mas ela pode ser feita de outras formas, como nas universidades. Cabe ao candidato elaborar um plano de gestão, que aborde as maneiras de melhorar a qualidade da escola, fazer a gestão de pessoal e de estrutura física.
- 3) Antes de seguir para a análise da comunidade escolar, a proposta passará por uma avaliação técnica, que vai dizer se ele atende a pré-requisitos básico
- 4) Consulta à comunidade escolar: professores, alunos, pais ou responsáveis, irão escolher o melhor plano de gestão apresentado
- 5) A Secretaria de Educação irá homologar o resultado e encaminhar o nome do vencedor ao governador, que irá nomeá-lo diretor de escola. Como está a tramitação.

O decreto está passando por uma análise jurídica e de viabilidade econômica. A ideia é que até final de junho ele seja assinado pelo governador



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 10/06/2013

Assunto: Mais de 84% das escolas fora do ideal

Página: 28

DIÁRIO CATARINENSE

INFRAESTRUTURA

Mais de 84% das escolas fora do ideal

São Paulo

A maior parte das escolas brasileiras (84,5%) apresenta uma estrutura elementar ou básica. Isso significa que tem apenas água, banheiro, energia, esgoto, cozinha, sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora, segundo uma pesquisa que utilizou dados do censo da Educação como base.

Na outra ponta, 0,6% das escolas apresenta uma infraestrutura considerada avançada, com sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, parque infantil, além de laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades especiais.

A conclusão é do estudo Uma Escala para Medir a Infraestrutura Escolar, dos pesquisadores José Soares Neto, Girlene Ribeiro de Jesus e Camila Akemi Karino, da Universidade de Brasília (UnB), e Dalton Francisco de Andrade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os pesquisadores utilizam dados do Censo Escolar 2011 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O trabalho foi feito com dados de 194.932 escolas, incluindo públicas e privadas, rurais e urbanas.

Sul tem índice de 1,6% de unidades avançadas

O estudo mostra que mais de 44% das escolas da educação básica brasileiras apresentam uma infraestrutura escolar elementar, apenas com água, banheiro, energia, esgoto e cozinha.

"Há um percentual alto de escolas que não têm requisitos básicos de infraestrutura, como sala de diretoria, de professor e biblioteca" diz o artigo publicado.

– O Brasil está passando por um momento em que é consenso que se deve investir em educação. A pesquisa traz uma perspectiva de como orientar o investimento para resolver um problema que não é simples – explica um dos autores, José Soares Neto.

Por região, o Nordeste apresenta a maior porcentagem de escolas com estrutura elementar: 71%; e 0,3% com estrutura avançada. A maior porcentagem com estrutura avançada está no Sul: 1,6%; e 19,8% têm estrutura elementar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Zero Hora	Editoria: Geral	Data: 10/06/2013
Assunto: Falta quase tudo nas escolas brasileiras		Página: Online

ZERO HORA

Falta quase tudo nas escolas brasileiras

Pesquisa mostra que 84,5% dos colégios têm deficiências de estrutura

A maior parte das Escolas brasileiras (84,5%) apresenta uma estrutura elementar ou básica. Isso significa que têm apenas água, banheiro, energia, esgoto, cozinha, sala de diretoria e equipamentos como TV, DVD, computadores e impressora. Na outra ponta, 0,6% das Escolas apresenta uma infraestrutura considerada avançada, com sala de Professores, biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva, parque infantil, além de laboratório de ciências e dependências adequadas para atender a estudantes com necessidades especiais.

A conclusão é do estudo dos pesquisadores José Soares Neto, Girlene Ribeiro de Jesus e Camila Akemi Karino, da Universidade de Brasília (UnB), e Dalton Francisco de Andrade, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Uma Escala para Medir a Infraestrutura Escolar.

Os pesquisadores utilizam dados do Censo Escolar 2011 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O estudo foi feito com dados de 194.932 Escolas, incluindo públicas e privadas, rurais e urbanas. O estudo mostra que mais de 44% das Escolas da Educação básica brasileiras ainda apresentam uma infraestrutura Escolar elementar, apenas com água, banheiro, energia, esgoto e cozinha.

Os pesquisadores se dizem surpresos com os resultados. “Há um percentual alto de Escolas que não têm requisitos básicos de infraestrutura, como sala de diretoria, sala de Professor e biblioteca. Assim, fica transparente a necessidade de políticas públicas que visem a diminuir as discrepâncias e promover condições Escolares mínimas para que a aprendizagem possa ocorrer em um ambiente Escolar mais favorável”, diz o artigo.

“A criança, quando chega na Escola, tem de ter equipamentos, conforto do ambiente para se concentrar, se dedicar aos estudos e ao aprendizado. O Professor precisa de equipamento para desenvolver o trabalho dele, assim como a Escola”, explica um dos autores do estudo, José Soares Neto.

“O Brasil está passando por um momento em que é consenso que se deve investir em Educação. A pesquisa traz uma perspectiva de como orientar esse investimento para resolver um problema que não é simples.”

Dividindo-se por região, o Nordeste apresenta a maior porcentagem de Escolas com estrutura elementar: 71%; e apenas 0,3% com estrutura avançada. O maior percentual de Escolas com estrutura avançada está na região Sul: 1,6% – nela, 19,8% das Escolas tem estrutura elementar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Levando-se em consideração a administração, mais da metade das Escolas públicas federais (58,1%) tem uma infraestrutura adequada, ou seja, além dos itens básicos, como água, energia e cozinha, tem sala de Professores, biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva e parque infantil. Essas Escolas têm uma estrutura melhor do que as estaduais ou municipais e até mesmo que as particulares, cuja maioria (58,4%) têm uma estrutura básica.

Outro dado destacado pelos pesquisadores é a diferença entre as Escolas urbanas e rurais. “Enquanto 18,3% das Escolas urbanas têm infraestrutura elementar, o oposto ocorre em relação às Escolas rurais: 85,2% encontram-se nesta categoria”, diz o estudo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Vestibular e Educação	Data: 08/06/2013
Assunto: Brasil tem 4,2 mil escolas que nunca conseguiram atingir sua meta do Ideb		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Brasil tem 4,2 mil escolas que nunca conseguiram atingir sua meta do Ideb
Índice avalia a qualidade do ensino no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Inep diz que dialoga com as redes para auxiliar escolas com problemas

O Brasil tem 4.283 escolas públicas que desde 2007, primeiro ano em que foi possível avaliar a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), jamais conseguiram atingir suas metas individuais calculadas pelo governo federal.

Os cálculos do levantamento incluem apenas as escolas de ensino fundamental que tiveram o Ideb calculado nestes três anos. Segundo levantamento feito pelo G1 a partir dos dados do último Ideb divulgados pelo Ministério da Educação, 1.828 escolas não conseguiram atingir a meta dos primeiros anos do ensino fundamental, 2.232 escolas ficaram abaixo da projeção nas turmas dos anos finais do fundamental e 223 escolas tiveram índices abaixo do esperado em 2007, 2009 e 2011 tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental.

O Ideb foi criado pelo governo federal para medir a qualidade das escolas e redes de ensino. Ele é calculado a cada dois anos desde 2005 com base no resultado da Prova Brasil e nas taxas de reprovação. Há indicadores calculados para cada escola, rede de ensino, município, estado e o país.

Todas as instituições públicas têm uma meta própria para alcançar a cada dois anos nos últimos anos do ensino fundamental I e fundamental II. A nota vai de zero a 10. A expectativa do governo federal é que, em 2021, os anos iniciais do fundamental brasileiro alcancem o Ideb 6,0. Para os anos finais, a meta é 5,5 pontos.

As 4.238 escolas representam 13,8% do total de 31.042 instituições que se encaixam nesta categoria. De acordo com o MEC, entre todas as instituições, 7.126 têm turmas tanto do ensino fundamental I quanto do ensino fundamental II, 15.392 só oferecem aulas dos anos iniciais do fundamental, e 8.524 instituições são apenas para turmas a partir dos anos finais do fundamental.

Mesmo sendo minoria, boa parte dos colégios abaixo da meta ainda não dá sinais de que possa alcançar a meta, que sobe a cada Ideb: 1.221 delas viram o Ideb 2011 cair em relação ao de 2009, o que indica um afastamento ainda maior da projeção feita pelo governo. Nesse grupo, 28 escolas estão nesta situação em ambos os ciclos do fundamental. Atualmente, 2.475 colégios estão mais de 0,5 ponto abaixo do que o esperado para 2011.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Apoio específico

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Luiz Cláudio Costa, afirma que o percentual de escolas e municípios que atingem a meta é "muito maior" do que o grupo de escolas aquém do esperado. Em entrevista ao G1, ele explicou que as escolas que enfrentam problemas para se manter dentro das expectativas recebem auxílio do governo, mas seguindo as autonomias de cada rede.

Uma das ações citadas por ele é o Mais Educação, programa para escolas com aulas em tempo integral. "Quando temos problema no Ideb, uma das coisas que temos procurado priorizar é a questão da escola em tempo integral", disse.

O governo espera que, até o fim do ano, 45 mil escolas ofereçam aos alunos, além do turno normal de aulas, atividades no turno oposto. Para participar do Mais Educação, as escolas precisam se inscrever e passar por uma seleção. O prazo para a adesão das instituições pré-selecionadas em 2013 acabou em 31 de maio.

Além do ensino em tempo integral, o MEC ainda mantém diálogo com as redes e esferas estaduais e municipais de governo, munindo os gestores de dados para o planejamento pedagógico das escolas. O governo federal criou ainda o Programa de Ação Articulada (PAR) para oferecer apoio e recursos a escolas e redes interessadas em apoio mais ostensivo à gestão educacional.

Distorções e revisão da meta

Entre as instituições que integram o grupo de escolas do fundamental que nunca conseguiram atingir sua meta, porém, não existem só instituições com têm resultados considerados ruins. Há exemplos de escolas com indicador acima de 6,0 e que já bateram a meta do Brasil para 2021, por exemplo. Mesmo com Ideb maior a cada ano e uma educação considerada muito acima da média do país, essas instituições ainda não conseguem alcançar a projeção calculada pelo governo.

Como o Ideb usou a base dos resultados educacionais de 2005, em alguns casos, aquele ano específico pode não refletir a realidade da escola. Por isso, a instituição acaba tendo que perseguir uma meta incompatível com suas condições reais.

O movimento Todos pela Educação, que reúne empresários e especialistas, também usou os mesmos dados para criar, em 2006, cinco metas para a educação brasileira. A terceira também estabelece projeções de resultados acadêmicos para escolas e redes de ensino. Segundo a diretora-executiva da entidade, Priscila Fonseca da Cruz, a meta é composta por três elementos: o que se quer medir, que resultado se espera ter e qual o prazo desejado para obter este resultado.

O primeiro elemento, para ela, é o que mais tem sido objeto de estudos, mas a expectativa de que o ensino fundamental I no Brasil tenha Ideb 6,0 até 2021 ainda é pouco debatida.

Tanto no caso da entidade quando no das metas governamentais, ela defende que a elaboração de projeções com base em uma série histórica seria mais precisa do que a partir de apenas um resultado. "Se você olhar os resultados de um ano para o outro, eles podem oscilar. Mas quando você pega uma série maior, você tem mais consistência para ver se a escola está em uma curva ascendente,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

descendente, se é uma curva ascendente ou acentuada, ou se é o que chamamos de 'flat', quase uma reta. Com o histórico em mãos, seria muito mais preciso a gente traçar metas intermediárias até 2021", afirmou ela.

Ao G1, o presidente do Inep disse que a projeção do Ideb foi feita a partir de estudos técnicos e científicos baseados em avaliações internacionais, levando em conta também as especificidades de cada escola. É por isso que duas escolas com Ideb idêntico em 2005 hoje têm metas diferentes, diz ele. "Foi imaginado o esforço necessário para aquela escola avançar. A melhoria em educação não é uma corrida de 100 metros, é uma maratona." Ainda segundo ele, não há debate no governo sobre a possibilidade de as metas serem revistas antes de 2021.

Reduzir o currículo para aumentar o Ideb

No segundo semestre de 2013, o governo aplicará a nova edição da Prova Brasil, um dos elementos que compõe o cálculo do Ideb. Segundo Angela Dannemann, diretora-executiva da Fundação Victor Civita, a grande divulgação do índice e a política de metas e expectativas para 2021 aumentou a pressão que a sociedade faz sobre bons resultados das escolas e sobre os gestores que cuidam da educação pública.

Se por um lado isso é positivo porque o Ideb é "o primeiro indicador de qualidade" da educação brasileira, por outro Angela alerta que há riscos de que as escolas desenhem seus currículos apenas para obterem bons números no indicador do governo federal.

Em Goiás, por exemplo, o Ministério Público e a secretaria estadual de Educação investigam denúncia de um conselho tutelar sobre sete escolas suspeitas de expulsar alunos com mau comportamento e rendimento para melhorar seu Ideb e receber mais verba do governo estadual (veja reportagem ao lado).

O presidente do Inep afirmou que a maioria das escolas leva a sério a tarefa de melhorar o Ideb através de projetos pedagógicos. "O que a gente tem visto das redes é um grande esforço com muita seriedade, trabalho e dedicação dos gestores e professores. Essa é a regra, e a excepcionalidade não é tolerada nem pelo MEC nem pelos gestores estaduais nem pelos municipais."

Angela afirma que alguns estudos preliminares também já apontam práticas "preocupantes" em algumas redes de várias partes do Brasil. Alguns indícios mostram que elas decidiram aumentar a carga horária das aulas de matemática e português nos primeiros anos do ensino fundamental e eliminar ciências e artes. O objetivo é que os alunos dediquem mais de seu tempo ao conteúdo que vai cair na Prova Brasil.

"Não pode haver redução de currículo para atender uma prova. Se só se dá valor à prova, a gente está fazendo com as crianças uma redução da aprendizagem", afirmou ela.

Na Prova Brasil, são consideradas apenas as matérias de língua portuguesa e matemática. De acordo com o MEC, a partir de 2013 as questões de ciências vão ser inseridas, mas em caráter experimental, e ainda não vão ser incluídas no cálculo do Ideb.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Você não garante o objetivo e o direito de aprendizagem só olhando de dois em dois anos. São muitas coisas em que temos que atuar ao mesmo tempo. O Ideb é importante, mas você precisa ao mesmo tempo fazer funcionar a escola com todo o conhecimento que precisa ser passado para as crianças. A cada dois anos a gente avalia [em nível nacional], mas a escola tem que avaliar a cada bimestre", disse Angela.

A especialista defende que as redes do município e do estado, além da própria escola, tenham que ter um plano para garantir o aprendizado global dos estudantes, principalmente nos primeiros anos do fundamental, quando o interesse e a curiosidade em aprender precisam ser fomentados. "É o famoso projeto político-pedagógico da escola. Mas você precisa de um professor preparado para atender isso, o professor precisa de melhor formação. A meta tem que ser uma coisa que vai estimular o desenvolvimento da escola e dos professores, não criar caminho paralelo para atender índices."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Opinião	Data: 09/06/2013
Assunto: Papel da Educação		Página: A2

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Papel da educação

Meu colega Marcelo Miterhof, que ocupa este espaço às quintas-feiras, abordou o importante tema da relação entre crescimento e educação.

Marcelo tem uma visão de que a "educação é mais resultado do que requisito ao crescimento". Se a educação fosse tão importante assim, a Rússia seria "altamente desenvolvida, pois o comunismo fez um dos mais impressionantes esforços de educação e ciência vistos".

Minha impressão é que os fatos não se ajustam bem à leitura de Marcelo. As experiências históricas em geral apontam que as sociedades que se desenvolveram apresentavam no início do processo de desenvolvimento excesso de educação.

Um exemplo claríssimo é o caso americano. O grau de analfabetismo na Nova Inglaterra em meados do século 18 era de 10%! Na Virgínia, 30%. O Brasil somente atingiu esses níveis de analfabetismo na segunda metade do século 20.

Outro exemplo de defasagem ocorreu no desenvolvimento japonês. A taxa de matrícula no ensino fundamental do Japão na virada do século 19 para o século 20 era de 90%. O Brasil atingiu níveis equivalentes na década de 90 do século 20.

Mas sempre fica a dúvida. E a Argentina ou Rússia, países que fizeram grande esforço em universalizar o ensino fundamental há muito tempo? Por que não são desenvolvidos? De fato, educação não é tudo. Diria que é quase tudo. Para termos uma ideia, tomemos os exemplos de Argentina e Rússia.

Segundo a base de dados do departamento de economia da Universidade da Pensilvânia conhecida com Penn World Table (PWT), o produto anual do trabalhador brasileiro em 2010 foi de US\$ 15,4 mil a preços de 2005. Para a Argentina e a Rússia, a PWT reporta, respectivamente, US\$ 24,8 mil e 27,3 mil.

Esses valores de produtividade foram calculados corrigindo para diferenças sistemáticas de custo de vida que há entre as economias, de sorte que os números representam o mesmo poder de compra nos diversos países.

Exercício de decomposição simples sugere que, se o Brasil tivesse o mesmo nível de educação da Argentina, nossa produtividade seria 19% maior, US\$ 18,4 mil. Se o Brasil tivesse o nível de educação da Rússia, nosso número seria 43% maior: US\$ 22 mil.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Esses números não pequenos pois o exercício considera que o canal entre educação e crescimento é a elevação direta da produtividade do trabalho e seu impacto sobre a acumulação de capital. Há inúmeros outros efeitos --sobre a criminalidade etc.-- que não foram considerados.

Finalmente um exercício revelador da importância da educação como pré-requisito para garantir ciclos longos de crescimento é verificar o impacto que uma medida de "excesso" educacional em 1960 teve sobre o desempenho das economias nos cinquenta anos subsequentes.

A medida de "excesso" educacional em 1960 será obtida a partir da relação em 1960 que observamos entre nível de produtividade do trabalho e escolaridade da população.

Há forte correlação positiva entre essas duas variáveis em um ponto no tempo. A dificuldade é que a educação pode ser causa da renda elevada ou ser consequência da renda elevada.

Construirei uma medida de excesso educacional em 1960 a partir dessa relação observada para 104 países. Há países como a Coreia que apresentavam em 1960 desvio positivo ou excesso de educação, isto é, muita educação para pouca renda. Outros, como o caso brasileiro, apresentavam em 1960 desvio negativo, pouca educação para muita renda.

O resultado é que o excesso de educação em 1960 "explica" boa parcela do crescimento das 104 economias nos cinquenta anos subsequentes.

A relação estatística entre crescimento médio de 1960 a 2010 com o excesso (ou carência) de educação em 1960 sugere que, se o Brasil tivesse em 1960 o mesmo excesso educacional da Coreia, nossa renda per capita seria hoje 61% maior.

Para termos uma ideia da importância da educação, se ao longo dos 60 anos o Brasil tivesse a mesma taxa de investimento da Coreia (dez ponto percentuais do PIB maior), o mesmo exercício do parágrafo acima sugere que nossa renda per capita seria 40% maior.

Certamente termos aceitado enfrentar uma transição demográfica entre 1930 e 1980 investindo 1% em educação básica foi o maior erro coletivo que cometemos no século 20.

***Samuel de Abreu Pessôa** é doutor em economia e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal do Commercio RJ	Editoria: Educação	Data: 20/06/2013
Assunto: Cai atraso crônico entre alunos do Ensino Médio		Página: Online

Jornal do Commercio

Cai atraso crônico entre alunos do Ensino Médio

Segundo Ministério da Educação, 31,1% dos secundaristas estão fora do chamado fluxo escolar, isto é, não cursam o ano correspondente à idade; em 2000, índice era de 54,9%

Um em cada três estudantes do Ensino médio está fora do fluxo Escolar. Apesar de alarmante, o índice de 31,1% — correspondente ao ano passado —, divulgado na sexta-feira pelo Ministério da Educação (MEC), confirma a tendência de queda dos últimos 12 anos. Em 2000, mais da metade dos secundaristas — 54,9% — tinham idade acima da esperada para a série cursada. Mesmo com a melhora, o indicador de desvio do fluxo Escolar do Ensino médio é mais alto se comparado com o Ensino fundamental. Na segunda metade do fundamental, quando o estudante passa a ter um Professor para cada disciplina, o índice é de 28,2%.

Nos primeiros anos (que correspondem ao antigo primário), 16,6%. Para a diretora executiva do movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, a alta quantidade de Alunos defasados é reflexo de um passivo de atrasos, de reprovações, de Alunos que abandonam e voltam para a Escola. "O verdadeiro nó está nos anos finais do Ensino fundamental. Lógico que o desenho do Ensino médio contribuiu para o resultado ruim, mas é na etapa dois do fundamental que a taxa de aprendizado é menor, quando o Aluno sai de um momento favorável nos anos iniciais e a Educação começa a perder o jogo", diz. Maior desafio Os números também chamam atenção do governo, que considera o Ensino médio o maior desafio da Educação, hoje.

As preocupações se intensificaram no meio ano passado, quando o resultado Índice de Desenvolvimento da Educação básica (Ideb) mostrou que o país estava estagnado justamente nessa etapa do Ensino que prepara o estudante para a universidade. E a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) acendeu outro alerta, ao mostrar uma redução no percentual de estudantes com idade entre 15 e 17 anos matriculados nessa etapa da Educação básica. Quase um ano depois, o governo e os secretários estaduais de Educação ainda trabalham na formalização de uma nova metodologia. "Nós devemos fechar o entendimento com o Consed em breve. E fazer um grande acordo, nos moldes do Pacto da Alfabetização na Idade Certa", prometeu o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, ao comentar os números.

Com aumento de 24% em relação ao ano passado, o Exame Nacional do Ensino médio (Enem) deste ano será feito por 7,17 milhões de estudantes. Do total, 114,7 mil são do Distrito Federal (28% a mais que em 2012). Pela primeira vez, a Universidade de Brasília (UnB) usará a nota na prova como critério de seleção, em substituição ao vestibular tradicional de início de ano. Mercadante atribui o salto do número de participantes ao momento econômico do país, que exige mais trabalhadores qualificados; às políticas públicas de acesso ao Ensino superior, como Fies, ProUni, sistemas de cotas, Sisu e Ciência sem Fronteira; assim como a consolidação do Enem como exame nacional.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: AN.País

Data: 20/06/2013

Assunto: Mais de 7,1 milhões no Enem

Página: 20

A NOTÍCIA

Mais de 7,1 mi no Enem

Número de estudantes inscritos no exame é 24% superior ao do ano passado

Mais de 7,1 milhões de candidatos confirmaram a inscrição para a edição deste ano do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O número, anunciado na sexta-feira pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, é 24% superior às inscrições do ano passado.

Para 2013, a expectativa do MEC era de que pouco mais de 6 milhões fizessem as provas nos dias 26 e 27 de outubro. "É uma grande vitória do Brasil mais de 7 milhões de pessoas quererem fazer o Enem. O povo brasileiro quer estudar mais", disse Mercadante.

Além de avaliar o desempenho dos estudantes do ensino médio no País, o exame pode ser utilizado pelo candidato para disputa de vagas em universidades públicas, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Para o ministro, parte do sucesso do Enem se deve ao fato de a prova ser critério de acesso aos programas Universidade para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Ciência sem Fronteiras. Os estudantes maiores de 18 anos que não concluíram o ensino médio podem ainda utilizar a nota da prova para obter a certificação. Neste ano, mais de 780 mil pessoas se inscreveram com esse fim. Todos os Estados apresentaram aumento em relação às inscrições de 2012. O Sudeste e o Nordeste concentram o maior número de alunos.

ELZA FIÚZA, ABR



OTIMISMO

Balanco foi anunciado na sexta pelo ministro Aloizio Mercadante (E



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 10/06/2013
Assunto: Inscrição para o Sisu está aberta		Página: 30

DIÁRIO CATARINENSE

ENSINO SUPERIOR

Inscrição para o Sisu está aberta

Foram abertas hoje as inscrições para a segunda edição deste ano do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Podem se inscrever gratuitamente no portal (sisu.mec.gov.br) os estudantes que tenham participado do Enem 2012, sem zerar a redação.

Em Santa Catarina, participam do Sisu o Instituto Federal Catarinense (IFC), que no último processo seletivo reservou 50% das vagas, e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que também oferece 50% das vagas pelo sistema.

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) anunciou que, a partir do primeiro semestre de 2014, vai oferecer pelo menos 380 vagas através do sistema. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) ainda debatem a adesão.